

25/6/99 OESP A13

Parque temático causa prisão em região turística

A Equipe Vendas já foi autuada sete vezes por desmatamento ilegal em Campos do Jordão

LIANA JOHN

CAMPOS DO JORDÃO – As obras iniciais de instalação de um parque temático para a prática de esqui em pista artificial e outros esportes de inverno, em Campos do Jordão (SP), provocaram a prisão de dez funcionários e o indiciamento da empresa Equipe Vendas Adm S/C na Lei de Crimes Ambientais.

O empresário Josef Kurc, proprietário da área, pretende construir pistas de esqui com neve artificial, patinação no gelo, teleférico e outras atrações típicas de estações de esqui, numa fazenda de 85 hectares, no bairro de Boa Vista, próximo ao palácio de inverno do governo estadual.

Kurc começou a preparar as instalações há cerca de um ano, com a retirada de árvores e abertura de trilhas e estradas. Contava apenas com a aprovação da prefeitura para um outro projeto – de centro hípico e condomínio – obtida em 1996, mas não tinha licença ambiental para cortar a vegetação, classificada pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) como remanescente de floresta mista de araucárias.

O corte de árvores provocou uma movimentação dos vizinhos, autores de um abaixo-assinado ao prefeito de Campos do Jordão, Oswaldo Gomes. Eles pedem que o bairro continue estritamente residencial, conforme a atual Lei de Zonamento, e consideram a localização da estação de esqui inadequada. Entre as assinaturas, constam nomes como João Sayad, Felipe Arno, Wesley Duke Lee, Celso Feito-



A maior parte da madeira, retirada de uma Área de Proteção Permanente (APP), foi jogada num grotão sobre uma nascente; dez funcionários acabaram presos e a empresa está sendo indiciada com base na Lei de Crimes Ambientais

sa, Léo Krakowiak, entre outros.

A empresa Equipe Vendas foi autuada pelo desmatamento sete vezes, no dia 20 de agosto de 1998, mais quatro vezes em 16 de dezembro e, na última autuação, em 5 de janeiro, todas as atividades na mata foram embargadas. As multas somam cerca de R\$ 22 mil reais e a Polícia Florestal vinha realizando visitas periódicas para assegurar o cumprimento do embargo. A estimativa dos técnicos da SMA é de um desmatamento de 6 hectares. A maior parte da madeira retirada foi jogada num grotão sobre uma nascente. É uma encosta muito íngreme e a pilha de troncos, folhagens e galhos cortados tem cerca de 50 metros de altura, somando algo em torno de 17 mil metros cúbicos.

Na quarta-feira à tarde, no primeiro dia da Operação Inverno da Polícia Florestal, o sargento José Romão dos Santos Neto e mais quatro policiais, acompanhados de peritos da SMA, prenderam dez ho-

mens e apreenderam o material – inclusive uma motosserra – por eles utilizado na remoção de tocos, corte de árvores e demais atividades embargadas. Segundo os técnicos da secretaria, os trabalhadores desrespeitavam o embargo e impediam a regeneração da vegetação nativa, com o agravante de agir em Áreas de Proteção Permanente (APPs), ou seja, topo de morro,

margens de curso d'água e encostas com inclinação superior a 45 graus.

De acordo com a promotora de Meio Ambiente da região, Elaine Müller Caravellas, a insistência em manter atividades embargadas, dentro das APPs e numa Área de Proteção Ambiental (APA) como é Campos do Jordão, sujeita os responsáveis, sejam pessoas físicas e/ou jurídicas, ao enquadramento na Lei de Crimes Ambientais. “Já instauramos um procedimento investigativo, de âmbito civil, e temos uma audiência para o dia 2 de julho, quando pretendemos fazer um acordo com

o senhor Kurc, solicitando a ele um estudo e relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA) e um plano de recuperação da área degradada”, afirmou a promotora à Agência Estado. “Isso não impedirá a instauração de processo criminal e administrativo (multas) para o caso.”

Multas – Josef Kurc alega que tem cinco propriedades contíguas no local e as duas áreas autuadas nada têm a ver com o parque temático. Ele já pagou parte das multas, disse que pagará as restantes dentro do prazo e negociará o acordo para recuperação da mata, com o objetivo de levantar o embargo da SMA. “Minha intenção é usar 5% da propriedade e deixar 95% preservados, para uso apenas com trilhas ecológicas ou atividades condizentes com a preservação”, reiterou. Segundo o empresário, o projeto da estação de esqui deu entrada na prefeitura há dois meses. Ele justifica o desmatamento e a ausência de autorizações dizendo que “não sabia da necessidade de licença ambiental específica”. Segundo ele, “só limpamos o mato e fizemos manutenção, nunca cortamos araucária ou madeira de lei”.

**MULTAS
SOMAM
CERCA DE
R\$ 22 MIL**

Maurilo Clareto/AE